



Universidade de Brasília (UnB)
Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade (FACE)
Programa de Pós-Graduação em Gestão Universitária

Michelle Luciana de Sousa de Mello Marinho

**O MAPEAMENTO INSTITUCIONAL A PARTIR DOS INDICADORES DE
QUALIDADE DO SISTEMA NACIONAL DE AVALIAÇÃO DA EDUCAÇÃO
SUPERIOR**

Brasília
2010

MICHELLE LUCIANA DE SOUSA DE MELLO MARINHO

**O MAPEAMENTO INSTITUCIONAL APARTIR DOS INDICADORES DE
QUALIDADE DO SISTEMA NACIONAL DE AVALIAÇÃO DA EDUCAÇÃO**

Monografia apresentada como requisito de
avaliação no curso de Pós-graduação Lato
Sensu em Gestão Universitária da
Universidade de Brasília-UnB.

Orientadora: Prof. Ms. Fernanda dos Anjos

**Brasília
2010**

Monografia de autoria de Michelle Luciana de Sousa de Mello Marinho, intitulada “O MAPEAMENTO INSTITUCIONAL A PARTIR DOS INDICADORES DE QUALIDADE DO SISTEMA NACIONAL DE AVALIAÇÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR”, apresentada como requisito parcial para obtenção do Título de Especialista em Gestão Universitária pela Universidade de Brasília em ____ de maio de 2010, defendida e aprovada pela banca examinadora abaixo assinada:

Prof. Ms. Fernanda dos Anjos

Orientadora

Universidade de Brasília

Prof. Ms. Marisa Cardoso Trintade

Membro da banca

Universidade de Brasília

A Deus, meu orientador, guia e amigo sempre presente sem o qual nada teria feito; Ao meu marido, que sempre incentivou e apoio meus sonhos e decisões e sempre esteve ao meu lado.

AGRADECIMENTO

A minha orientadora, Fernanda, pela ajuda, incentivo e apoio no desenvolvimento do trabalho.

Aos meus colegas de trabalho que participaram da pesquisa realizada.

A minha mãe pelo seu exemplo.

RESUMO

Este trabalho busca levantar dados e gerar informações que contribua com o processo de mapeamento e diagnóstico institucional proporcionando o desenvolvimento do novo campus da Universidade de Brasília no Gama, tendo como referência algumas das dimensões do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior, sendo este o eixo norteador da pesquisa, colocando a avaliação não só como um instrumento regulatório, mas também, como facilitador do planejamento e desenvolvimento institucional. Tendo a pesquisa como objetivo central: traçar o perfil institucional da FGA através do mapeamento de informações coletadas por meio da aplicação de alguns dos indicadores de qualidade do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES) proporcionando conhecimento institucional para subsidiar a realização da auto-avaliação a ser feita pela Comissão Permanente de Avaliação.

Palavras-chave: Autoavaliação. Autoconhecimento. Potencialidade. Fragilidades.

ABSTRACT

This study aimed to identify data and generate information that could contribute to the implementation and development process of the new University of Brasilia Campus in Gama, based on the National Assessment System of Higher Education. This System was the axis that guided the research, seeing assessment process not only as a regulatory tool, but also as a facilitator of institutional planning and development. The main goal of this research was to contribute to the implementation of University of Brasília Campus in Gama through the utilization of some quality indicators from the National Assessment System of Higher Education – SINAES, providing institutional knowledge in order to subsidy assessment to be done by the Permanent Assessment Commission.

Keywords: Assessment. Knowledge. Potentiality. Weaknesses.

LISTA DE SIGLAS

| | |
|----------------|--|
| AVALIES | Avaliação das Instituições de Educação Superior |
| CPA | Comissão Permanente de Avaliação |
| FGA | Faculdade UnB Gama |
| PDI | Plano de Desenvolvimento Institucional |
| SESC | Serviço Social do Comércio |
| SESI | Serviço Social da Indústria |
| SINAES | Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior |
| UnB | Universidade de Brasília |

SUMÁRIO

| | |
|--|---------------|
| 1 INTRODUÇÃO..... | 10 |
| 1.2 Objetivos..... | 12 |
| 1.2.1 <i>Objetivo Geral</i> | 12 |
| 1.2.2 <i>Objetivos Específicos</i> | 12 |
| 1.3 Justificativa | 12 |
| 2 REFERENCIAL TEÓRICO | 15 |
| 2.1 Avaliação Institucional e o SINAES | 15 |
| 2.1.1 <i>Auto-avaliação</i> | 18 |
| 2.2 O Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES) | 20 |
| 3 MATERIAL E MÉTODOS | 23 |
| 4 RESULTADOS E DISCUSSÃO..... | 25 |
| 4.1 Descrição dos dados | 25 |
| 4.2 Análise e interpretação dos dados | 29 |
| 4.2.1 <i>Missão e Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI)</i> | 29 |
| 4.2.2 <i>Políticas de pessoal, de carreiras do corpo docente e corpo técnico administrativo</i> | 31 |
| 4.2.3 <i>Organização Gestão da Instituição</i> | 33 |
| 4.2.4 <i>Infra - estrutura física</i> | 35 |
| 4.2.5 <i>Planejamento e avaliação institucional</i> | 38 |
| 5 CONCLUSÃO..... | 40 |
| REFERÊNCIAS | 43 |
| APÊNDICE 1 - QUESTIONÁRIO APLICADO | 45 |

1 INTRODUÇÃO

O campus da Universidade de Brasília (UnB) no Gama iniciou suas atividades em setembro de 2008 em instalações provisórias, no prédio do antigo fórum da cidade, possuindo duas salas de aula, dois laboratórios de informática, um de química e um de física. Com 240 vagas distribuídas em quatro especialidades de Engenharia, desse total, 48 são reservadas ao Sistema de Cotas para Negros. Os alunos farão vestibular para Engenharia e, durante o curso, poderão escolher qual especialidade seguir: Energia, Eletrônica, Automotiva ou de Software. A faculdade ofertará anualmente 480 vagas, e quando de sua plena implantação totalizará 2.400 alunos.

Este trabalho subsidiará a Faculdade UnB Gama (FGA) de dados e informações, já que até a realização desse nenhum outro trabalho de pesquisa foi realizado sobre a faculdade, possibilitará a identificação da situação em que se encontra a FGA, através da coleta de dados junto aos servidores da faculdade que proporcionará o autoconhecimento institucional da unidade, com base na análise de alguns dos indicadores mencionados no Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES).

Com as informações coletadas será possível a identificação das fragilidades e as potencialidades existentes, que irá beneficiar quando da elaboração de um planejamento estratégico, na tomada de decisões, execução de objetivos organizacionais e outros.

A realização desse trabalho, também, irá contribuir para realização da auto-avaliação proposta no SINAES a ser realizada na FGA pela Comissão Permanente de Avaliação (CPA), composta por docentes do local, subsidiando-a de informações e dados relevantes.

Utilizou-se como eixo norteador desse trabalho as Orientações Gerais para o Roteiro da Auto-Avaliação das Instituições, que é um documento que faz parte do processo nacional de Avaliação Institucional da Educação Superior dentro do SINAES, considerando alguns dos requisitos e etapas da auto-avaliação, mencionadas no referido documento.

Com objetivo de identificar o perfil e significado da atuação institucional o SINAES considera dez dimensões a serem objetos da avaliação:

- A missão e o plano de desenvolvimento institucional;
- A política para o ensino, a pesquisa, a pós-graduação, a extensão.
- A responsabilidade social da instituição;
- A comunicação com a sociedade;

- As políticas de pessoal, as carreiras do corpo docente e do corpo técnico-administrativo;
- A organização e gestão da instituição;
- Infra-estrutura física;
- Planejamento e avaliação;
- Políticas de atendimento aos estudantes;
- Sustentabilidade financeira.

Devido à extensão e complexidade das categorias apresentadas pela referida norma, e o maior interesse em verificar a opinião de parte dos membros da comunidade acadêmica (docentes e técnicos), esse trabalho focou as seguintes dimensões:

- A dimensão um: a missão e o plano de desenvolvimento institucional, já que estes são norteadores da realização dos objetivos e metas da faculdade;
- A dimensão cinco: as políticas de pessoal, as carreiras do corpo docente e do corpo técnico-administrativo, pois são esse dois grupos responsáveis pelas atividades acadêmicas e administrativas realizadas sendo importante identificar o perfil desses membros;
- A dimensão seis: organização e Gestão da Instituição, pois a maneira como está é conduzida, definirá a qualidade dos serviços acadêmicos e administrativos prestados e a satisfação pessoal dos funcionários, sendo objetivo da inserção desse item verificar a satisfação dos servidores quanto a gestão atual da faculdade (direção e coordenação);
- A dimensão sete: infra-estrutura física, pelo fato do campus está em um local provisório e achar que este fator possui um impacto considerável na realização dos trabalhos acadêmicos e administrativos optei por analisar, também, a dimensão citada;

O interesse neste trabalho é coletar dados, informações e opiniões, que inexistem até a realização dessa pesquisa, junto a esses dois grupos (docentes e técnicos) da FGA sobre as dimensões propostas acima.

O intuito deste trabalho não foi à realização de uma auto-avaliação, mas sim utilizar alguns dos indicadores analisados nesse como instrumento de pesquisa para subsidiar a referida comissão, mencionada acima, de dados e informações, mostrando a importância dos dados gerados para o autoconhecimento institucional da unidade.

1.2 Objetivos

1.2.1 Objetivo Geral

Este trabalho busca mapear dados e gerar informações que subsidiem o auto - conhecimento e o desenvolvimento do novo campus da UnB no Gama, tendo como referência algumas das dimensões referenciadas no SINAES.

1.2.2 Objetivos Específicos

- Levantar dados e informações para subsidiar posterior auto-avaliação a ser realizada pela CPA.
- Diagnosticar o grau de conhecimento e satisfação do grupo participante da pesquisa (docentes e técnico-administrativos) com a gestão institucional.
- Contribuir com autoconhecimento institucional da FGA.
- Identificar fragilidades e potencialidades.
- Produzir informações quantitativas e qualitativas para acompanhar o desenvolvimento da unidade.

1.3 Justificativa

A FGA é um dos três *Campi* da UnB, os outros dois estão localizados nas cidades de Planaltina e Ceilândia, em funcionamento desde agosto de 2008, hoje com novecentos e oitenta alunos, 43 docentes e 23 técnicos administrativos, possui um curso de Graduação em Engenharia, com quatro habilitações em: Software, Energia, Automotiva e Eletrônica.

O fato de ser a FGA um campus novo, carente de informações sobre sua trajetória de implantação e desenvolvimento, foram alguns dos aspectos que levaram ao interesse de realização desse trabalho e, também, de querer contribuir para a qualidade da implantação e desenvolvimento do campus agregando informações e dados que possibilitem a identificação de fragilidade e potencialidades da unidade.

A escolha pelo tema, auto-avaliação com base nos indicadores do SINAES foi feita devido à necessidade de querer ampliar o conhecimento acerca de aspectos relativos à área educacional, justificando a realização de um curso de especialização em Gestão Universitária.

Como qualquer área em expansão, que busca ter e manter, um padrão de qualidade e inovação, seja ela serviço ou não, é necessário a regulamentação, fiscalização e controle, segundo normas específicas do setor ou área.

A área educacional não poderia ser uma exceção ao processo mencionado acima, e diante da expansão de instituições de nível superior e a demanda crescente por parte da sociedade por educação de qualidade fez se necessária a implementação do SINAES regulamentado pela Lei n. 10.861/04.

Em um campus universitário em implantação, como a FGA, gerar informações, que subsidiem o processo avaliativo, contribuirá com a identificação de pontos fortes e fracos, ou seja, fragilidades e potencialidades existentes, e possibilitará o autoconhecimento institucional, que é uma das contribuições fornecidas quando há realização de uma auto-avaliação ou avaliação interna.

A identificação das pontecialidades e fragilidades gerada por esse trabalho servirá para contribuir com o processo de implantação do novo campus, na medida e quem , se terá um maior conhecimento das opiniões de seus membros sobre vários aspectos de qualidade, da FGA, delimitados pelo SINAES, como também potencializar os pontos fortes identificados e diminuir o impacto dos fragilidades, principalmente sobre o processo de decisão e planejamento institucional.

“A auto-avaliação constitui um processo por meio do qual um curso ou instituição analisa internamente o que é e o que deseja ser, o que de fato realiza, como se organiza, administra e age, buscando sistematizar informações para analisá-las e interpretá-las com vistas à identificação de práticas exitosas, bem como a percepção de omissões e equívocos, a fim de evitá-los no futuro”.
([http://santamarina.edu.br/santamarina/Auto-Avaliacao Institucional.](http://santamarina.edu.br/santamarina/Auto-Avaliacao%20Institucional))

A avaliação não deve ter caráter punitivo ou de mera verificação quantitativa de dados, mas é um instrumento gerador de autoconhecimento para estabelecimento de melhorias e aperfeiçoamento institucional e essencial para manutenção da qualidade do processo de expansão universitária existente no país.

Conforme art. 11 da Lei n. 10.861/04. “Cada instituição deve constituir uma Comissão Permanente de Avaliação (CPA), com as funções de coordenar e articular o sue processo interno de avaliação e disponibilizar informações” (BRASIL, 2004).

A comissão que irá realizar a auto-avaliação, também se beneficiará com as informações geradas nesse trabalho, já que esse é feito com base em indicadores utilizados pela CPA.

A avaliação é um procedimento válido e que beneficia toda a comunidade acadêmica (gestores, discentes, docentes) e sociedade, e que proporciona o conhecimento institucional gerado pelos membros da instituição acadêmica, utilizando para isso os indicadores de qualidade fornecidos pelo SINAES.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 Avaliação Institucional

Avaliar está diretamente relacionado a aferir eficiência e eficácia, sendo legítima sua aplicação no setor educacional, seja privado ou público. A busca pela excelência em educação faz parte de um processo de evolução das instituições e do País, demandadas, também, pela sociedade, que além de ter direito ao acesso e permanência, exige que essa seja disponibilizada com qualidade.

“Há necessidade de se avaliar para se desenvolver a qualidade e há necessidade de se avaliar e inovar a própria avaliação” (DIAS SOBRINHO; BALZAN, 1995, p. 119).

O SINAES, instituído pela Lei n. 10.861, de 14 de abril de 2004, foi idealizado de modo a favorecer a obtenção de informações de caráter qualitativo e quantitativo para facilitar uma posterior análise de mérito, o que acaba por contribuir, também, para determinação das prioridades no planejamento estratégico da instituição.

Art. 1º, § 1º O SINAES tem por finalidade a melhoria da qualidade da educação superior, a orientação da expansão da sua oferta, o aumento permanente da sua eficácia institucional e efetividade acadêmica e social, e especialmente a promoção do aprofundamento dos compromissos e responsabilidades sociais das instituições de educação superior, por meio da valorização de sua missão pública, da promoção dos valores democráticos, do respeito à diferença e à diversidade, da afirmação da autonomia e da identidade institucional (BRASIL, 2004).

A avaliação deve ser vista como aumento de conhecimento e desenvolvimento da instituição e de seus membros (docente, discente, técnico-administrativos) não como sistema punitivo, de aferição de cumprimento ou não metas, objetivos propostos e apenas com propósito de regulação e fiscalização.

As funções mais importantes da auto-avaliação permanente são a de produzir conhecimentos, pôr em questão a realização das finalidades essenciais, identificar as causalidades dos problemas e deficiências, aumentar a consciência pedagógica e a capacidade profissional dos professores, tornar mais efetiva a vinculação da instituição com o entorno social e a comunidade mais ampla, julgar acerca da relevância científica e social de suas atividades e seus produtos, prestar contas à sociedade, justificar publicamente sua existência e fornecer todas as informações que sejam necessárias ao conhecimento do Estado e da população (INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA, 2009, p. 106).

“Avaliação institucional é um processo de aferição do desenvolvimento de ações que permite o autoconhecimento institucional, a correção e o aperfeiçoamento das ações institucionais” (BELLONI, 1995, p. 89-90 apud DIAS SOBRINHO, 2003).

Neste último aspecto cabe uma consideração já que a instituição de ensino superior, tida como um bem público, que não deve ser colocada como produto a serviço do mercado, deve sim, como qualquer outro órgão, dentro de suas especificidades, ser fiscalizada e regulada pelo Estado, mas o fim da avaliação não deve se prestar apenas para isso (regulação e fiscalização).

A avaliação das instituições de ensino superior, de acordo com SINAES, se desenvolve em duas etapas: avaliação interna ou auto-avaliação e avaliação externa, nesta ordem, este trabalho dará ênfase a importância da auto-avaliação setorial, com objetivo de mostrar que está possibilita:

- A melhoria das práticas de gestão universitária interferindo diretamente na qualidade dos serviços educacionais;
- Envolvimento das pessoas com os objetivos da instituição;
- A identificação de pontos fortes e fracos da instituição facilitando a intervenção sobre esses;
- Melhorar processo de tomada de decisão.

Dentro desta perspectiva a avaliação aqui mencionada se refere à importância dessa voltada não somente para o controle, mas também voltado para aprimoramento do ensino, bem como sua qualidade.

A avaliação institucional de corte tecno-burocrática é relevante quanto aos aspectos de medir, comparar e selecionar determinada área ou departamento, pois ajuda a conhecer especificidades do setor, ressaltando a necessidade de não se ater somente aos resultados da dessa.

Conforme Dias Sobrinho (2003b, p. 19), “avaliação institucional de corte tecno-burocrática que resulta de um paradigma empírico racionalista, tende a selecionar aspectos ou partes de uma instituição como objeto a avaliar”.

A avaliação institucional do tipo tecno-burocrática possui o objetivo de controlar, hierarquizar, distribuir recursos, que são aspectos relevantes dentro do processo que vem acontecendo no país de expansão de vagas e de número de instituições, tanto públicas como privadas, para verificar qualidade, atestar renovação de funcionamento e autorização de novos entrantes.

O SINAES enfatiza o aspecto de priorizar a especificidade de cada instituição, considerando aspectos ligados a regionalidades e não apenas à ranking. Conforme Dias Sobrinho (2008), “essa prática teve início no mundo empresarial norte-americano e tem muito mais interesse aos administradores e formuladores de políticas que propriamente aos educadores”.

“As avaliações desenvolvidas segundo perspectivas burocráticas e controladoras não são compatíveis com as exigências de compreensão da complexidade social e tampouco com os projetos de uma educação democrática” (DIAS SOBRINHO, 2003a).

Esse tipo de avaliação, mencionada acima, isoladamente não, mas devidamente adaptada à realidade e necessidade institucional e, quando possível, aliada aos fatores da avaliação participativa pode sim contribuir para melhoria de todo o sistema educacional.

Não é somente neste tipo de avaliação, tecno-burocrática, quantitativa, criticada por muitos autores e especialistas da área, que reside a importância deste trabalho, mas sim em se utilizar dos aspectos positivos desse tipo de avaliação e aliá-lo aos pontos positivos do enfoque qualitativo.

No que tange as técnicas de apresentação de resultados, ter como destinatário a universidade e a sociedade, objetivando também a melhora da qualidade das técnicas administrativas, que interferem no processo de ensino, na transparência, dentre outras características.

Utilizar a fragmentação, típica da avaliação tecno-burocrática, para melhor compreensão da realidade global da institucional, como subsídio para avaliação externa e a auto-avaliação realizada pela Comissão Técnica de Acompanhamento de Avaliação a qual compete:

“A avaliação deve procurar aprofundar um projeto e educação superior, que contribua para construção de uma sociedade tecnologicamente desenvolvida, mais rica em conhecimentos e cultura, mais solidária e justa” (DIAS SOBRINHO, 2003a).

Conforme expressa Dias Sobrinho (2003a), essa é a cultura que deve estar presente em toda comunidade universitária, avaliação como processo de construção, que exige continuidade, de contribuição para sociedade e não somente como uma obrigação que faz parte de um processo regulatório exigido pelo Estado, sua relevância extrapola esse conceito.

O controle e as medidas são também importantes para regular e organizar os sistemas educativos. Fazem parte das funções dos Estados. Porém, quando exageradamente controladora e tecnicista, como é a moda atual, e quando rompem a

comunicação com comunidade educativa, muito raramente atingem o conceito de pertinência e relevância social, isto é, a qualidade social (DIAS SOBRINHO, 2008).

Dentro deste contexto pode-se aliar características e conceitos dos enfoques técnico-burocrático e como:

- Técnicas de apresentação de dados acessíveis a todos;
- Propriedade da avaliação, administração central e comunidade;
- Conceitos chave: controlar, instrumentalizar a distribuição de recurso, credenciamento, prestação de contas e maior conhecimento da instituição, melhora de qualidade e prestação de contas à sociedade;
- Métodos e instrumentos: quantitativos combinados com qualitativo e testes objetivos
- Fontes de valores: comunidade universitária
- Destinatário: universidade
- Papel do avaliador: controlador e educador (RODRIGUES, 1993, p. 50 apud DIAS SOBRINHO, 2003b).

Não deve haver o predomínio de um enfoque sobre outro, pois isto é mais uma questão de poder, retirar o melhor de cada uma das posições, conceitos, posicionando a educação como um dever do Estado e como um bem publico, traria benefícios para quem são os reais destinatários do sistema educacional: a sociedade.

2.1.1 Auto-avaliação

A auto-avaliação constitui uma das etapas do processo avaliativo que é coordenada pela CPA composta por membros internos da instituição.

O Art. 11 da Lei 10.861/04 prevê que: “Cada instituição deve constituir uma CPA com as funções de coordenar e articular o seu processo interno de avaliação e disponibilizar informações” (BRASIL, 2004).

A avaliação das instituições de educação superior (AVALIES) se desenvolve em dois momentos:

- Auto - avaliação ou avaliação interna;
- Avaliação externa.

“A auto-avaliação é mais severa do que a avaliação externa, mostrando o espírito crítico dos servidores do setor. A avaliação permite recomendar ações concretas para reforçar os pontos positivos e minimizar os aspectos negativos” (CABRAL et al., 2000).

Utilizar-se de um sistema preventivo de verificação de atendimento aos itens a serem avaliados e de grande relevância, tornando esse um hábito institucional de intervenção e ampliação de qualidade do sistema. Utilizando o SINAES como roteiro de aplicação do processo e adaptando-o e aprofundando de forma que o processo de avaliação se torne uma constante e sirva de subsídio para avaliação externa.

Conforme colocado acima, pode-se afirmar que uma avaliação efetuada antes da auto-avaliação da Comissão Permanente de Avaliação, também facilitará o trabalho dessa e contribuirá, como no caso deste trabalho, com a implantação, desenvolvimento e o autoconhecimento de uma unidade ainda em implantação, com melhor qualidade.

Requisitos da Avaliação Interna ou auto-avaliação, segundo SINAES:

- Existência de uma equipe de coordenação,
- participação dos integrantes da instituição,
- compromisso explícito por parte dos dirigentes das IES,
- informações válidas e confiáveis,
- uso efetivo dos resultados (INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍXIO TEIXEIRA, 2009, p. 8).

O Planejamento estratégico, a Pós-graduação, a infra-estrutura, os técnico-administrativos, o atendimento a discentes, a organização e gestão da instituição são alguns dos indicadores que fazem parte da auto-avaliação, proposta no SINAES, que podem ser verificados e acompanhados preliminarmente à auto-avaliação, sendo está à proposta desse trabalho, o que contribuirá para melhora dos resultados e da qualidade institucional.

Orientações Gerais para Avaliação Institucional não devem ser consideradas um instrumento para mera checagem ou verificação ou, simplesmente, quantificação. Ao contrário, espera-se que esta seleção de temas seja vista como ponto de partida para a construção de um amplo processo de discussão e reflexão sobre as diversas facetas e atividades institucionais, permitindo o aprofundamento do conhecimento e compreensão sobre as mesmas (BRASIL. Ministério da Educação, 2004, p. 1).

“Não há nenhuma transformação importante na educação que não se valha da avaliação” (DIAS SOBRINHO, 2003a, p. 14).

A auto-avaliação busca, em um primeiro momento, o autoconhecimento, através de um processo de análise de dados e informações, é possível verificar a situação em que se encontra a Instituição, identificando as fragilidades e as potencialidades existentes.

A auto-avaliação também terá importantes funções de auto-regulação. Por meio dela, as instituições conhecerão melhor a sua própria realidade e poderão praticar os

atos regulatórios internos que considerem necessários para cumprir com mais qualidade e pertinência os seus objetivos e suas missões. Além de seus próprios estudos, também receberão as recomendações e indicações das Comissões de avaliação externa. As funções mais importantes da auto-avaliação permanente são a de produzir conhecimentos, pôr em questão a realização das finalidades essenciais, identificar as causalidades dos problemas e deficiências, aumentar a consciência pedagógica e a capacidade profissional dos professores, tornar mais efetiva a vinculação da instituição com o entorno social e a comunidade mais ampla, julgar acerca da relevância científica e social de suas atividades e seus produtos, prestar contas à sociedade, justificar publicamente sua existência e fornecer todas as informações que sejam necessárias ao conhecimento do Estado e da população. Em uma breve formulação: auto-conhecimento para aumento do engajamento profissional, para fundamentadas emissões de juízos de valor e articulação de ações de melhoramento, tanto das pessoas envolvidas, quanto da instituição (INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍXIO TEIXEIRA, 2009, p. 106).

2.2 O Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES)

A Lei n. 10.861 de 2004 instituiu o SINAES, com foco em uma avaliação de caráter:

- Regulatório: ênfase sobre indicadores quantitativos, permitindo o estabelecimento de ranking.
- Emancipatório: preocupação com a missão da instituição na sociedade, comprometida com a transformação acadêmica.

Pode-se afirmar que a avaliação proposta pelo SINAES tenta aliar aspectos quantitativos aos qualitativos, pois há interesse na regulação do sistema, bem como no atendimento aos anseios da sociedade.

Os princípios fundamentais referenciados no SINAES são:

- Responsabilidade social com a qualidade da educação superior;
 - Reconhecimento da diversidade do sistema;
 - Respeito à identidade, à missão e à história das instituições;
 - Globalidade, isto é, compreensão de que a instituição deve ser avaliada a partir de um conjunto significativo de indicadores de qualidade, vistos em sua relação orgânica e não de forma isolada;
 - Continuidade do processo avaliativo;
 - O envolvimento de diversos atores no processo avaliativo.
- (BRASIL. Ministério da Educação, 2004, p. 4).

Princípios que enfatizam não só a proposta formativa e integral de avaliação, já mencionada, mas também a posição constitucional já existente, conforme incisos VI e VII do art. 206 da Constituição Federal de 1988 “O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios: gestão democrática do ensino público, na forma da lei; garantia de padrão de qualidade” (BRASIL, 1988).

O sistema dá ênfase à avaliação global e integrada, que integra três modalidades:

- (1) Avaliação das Instituições de Educação Superior – AVALIES – é o centro de referência e articulação do sistema de avaliação que se desenvolve em duas etapas principais:
 - (a) auto-avaliação – coordenada pela Comissão Própria de Avaliação – CPA – de cada instituição de ensino superior, a partir de 1º de setembro de 2004;
 - (b) avaliação externa – realizada por comissões designadas pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – INEP –, segundo diretrizes estabelecidas pela Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior – CONAES.
- (2) Avaliação dos Cursos de Graduação – ACG – avalia os cursos de graduação por meio de instrumentos e procedimentos que incluem visitas in loco de comissões externas. A periodicidade desta avaliação depende diretamente do processo de reconhecimento e renovação de reconhecimento a que os cursos estão sujeitos.
- (3) Avaliação do Desempenho dos Estudantes – ENADE – aplica-se aos estudantes do final do primeiro e do último ano do curso, estando prevista a utilização de procedimentos amostrais. “Anualmente, o Ministro da Educação, com base em indicação da CONAES, definirá as áreas que participarão do ENADE (BRASIL. Ministério da Educação, 2004, p. 4).

O SINAES trata-se de um sistema de avaliação global e integrado, que articula os resultados dos processos avaliativos aplicados em diferentes momentos, conforme citado acima, com objetivo de identificar o perfil e significado da atuação institucional, considerando dez dimensões:

A avaliação das instituições de educação superior terá por objetivo identificar o seu perfil e o significado de sua atuação, por meio de suas atividades, cursos, programas, projetos e setores, considerando as diferentes dimensões institucionais, dentre elas obrigatoriamente as seguintes:

- I - a missão e o plano de desenvolvimento institucional;
- II - a política para o ensino, a pesquisa, a pós-graduação, a extensão e as respectivas formas de operacionalização, incluídos os procedimentos para estímulo à produção acadêmica, as bolsas de pesquisa, de monitoria e demais modalidades;
- III - a responsabilidade social da instituição, considerada especialmente no que se refere à sua contribuição em relação à inclusão social, ao desenvolvimento econômico e social, à defesa do meio ambiente, da memória cultural, da produção artística e do patrimônio cultural;
- IV - a comunicação com a sociedade;
- V - as políticas de pessoal, as carreiras do corpo docente e do corpo técnico-administrativo, seu aperfeiçoamento, desenvolvimento profissional e suas condições de trabalho;
- VI - a organização e gestão da instituição, especialmente o funcionamento e representatividade dos colegiados, sua independência e autonomia na relação com a mantenedora, e a participação dos segmentos da comunidade universitária nos processos decisórios;
- VII - infra-estrutura física, especialmente a de ensino e de pesquisa, biblioteca, recursos de informação e comunicação;
- VIII - planejamento e avaliação, especialmente os processos, resultados e eficácia da auto-avaliação institucional;
- IX - políticas de atendimento aos estudantes;
- X - sustentabilidade financeira, tendo em vista o significado social da continuidade dos compromissos na oferta da educação superior (BRASIL, 2004, art. 3).

Cada um dos itens mencionados acima possui um núcleo básico e outro optativo a ser verificado, ou seja, uma orientação para o processo, que cabe adaptações e sugestões de melhorias.

Um dos aspectos relevantes mencionados no SINAES quanto aos indicadores de avaliação a serem empregados é o de não tê-lo como algo pronto e acabado, uma fórmula para realizar avaliação, mas sim um roteiro a ser aperfeiçoado e a adaptado às especificidades e regionalidades institucionais.

Dentro do contexto acima mencionado a UnB adaptou as dez dimensões, para realização da auto-avaliação, propostas no SINAES, considerando um total de seis dimensões e dividiu a última, Gestão Institucional, em mais seis subáreas, conforme abaixo:

[...] Graduação, Pós-Graduação, Pesquisa Científica, Extensão e Gestão Institucional, sendo esta última subdivida em: Organização e Desenvolvimento, Planejamento, Avaliação e Informação. Recursos Orçamentários e Financeiros, Recursos Humanos, Infra-Estrutura e Prestação de Serviços (UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA, 2005, p. 25).

Essa subdivisão foi proposta no projeto de avaliação institucional da UnB, pela Comissão Permanente de Avaliação da instituição designada em 2005.

3 MATERIAL E MÉTODOS

Para realização desse trabalho foi utilizada a pesquisa bibliográfica, material científico publicado em livros, revistas, meios eletrônicos, que é de fundamental importância para o desenvolvimento de um projeto na área educacional. Para facilitar a elaboração do referencial teórico, buscou-se autores relacionados à área de estudo, que, também, possibilita aliar teoria e prática, bem como proporcionar um maior conhecimento do assunto em estudo.

Como a proposta foi a realização de uma pesquisa aplicada, que tem como objetivo trazer desenvolvimento para a unidade e para os seus agentes, o universo da pesquisa foi o corpo docente e técnico-administrativo da FGA, que totaliza uma amostra de 66 servidores, dividido entre 43 docentes e 23 técnicos, utilizando-se a técnica quantitativa de aplicação de questionário, que foi elaborado com base em alguns dos itens mencionados no SINAES.

A aplicação de questionários é um método eficiente para obtenção de informações úteis para se conhecer a teoria vivida na prática, sendo possível identificar algumas características da faculdade com base nas opiniões e conhecimentos dos servidores sobre a unidade. Esta técnica permite ainda traçar objetivos, estratégias, que atendam de forma satisfatória às duas partes (faculdade e servidores).

Para buscar a confirmação do objeto de estudo para subsidiar o autoconhecimento institucional, o instrumento utilizado foi pesquisa de campo dirigida no qual foram abordados servidores da unidade, entre os dias dois, três e quatro de março de 2010, foram distribuídos 50 questionários, considerando que o universo da pesquisa é constituído pelos servidores da FGA (23 técnicos e 43 docentes), 66 pessoas, o total de respondentes foi 38, compondo uma amostra de 57% dos servidores. Para evitar constrangimentos e manter o sigilo dos respondentes, o questionário não continha identificação pessoal. Os resultados verificados após a tabulação dos dados foram devidamente representados por meio de gráficos de coluna.

A coleta de dados com base em documentos primários foi feita com base nos arquivos funcionais dos servidores, Currículo Lattes dos docentes, Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) da unidade.

Cabe relatar que a Faculdade por ser um campus que possui menos de dois anos de constituição não possui: registro de documentos que relatem sua trajetória de implantação, matriz organizacional, regimento interno em vigor e nem relatórios específicos sobre o funcionamento da unidade, o que dificultou o levantamento histórico dos dados da unidade

que foi feito com base na observação e descrição, que são aspectos da pesquisa qualitativa, que não podem ser desconsiderados.

A coleta de dados, a aplicação de questionários, associada à pesquisa bibliográfica abre caminhos para que se possa obter informações que auxiliam o autoconhecimento institucional, a traçar perfil da unidade, bem como conhecer o nível de conhecimento dos seus membros sobre a faculdade, possibilitando orientar o estudo a uma área específica, de forma aprofundada indicando melhores propostas, fragilidades e potencialidades na expansão do novo campus.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

4.1 Descrição dos dados

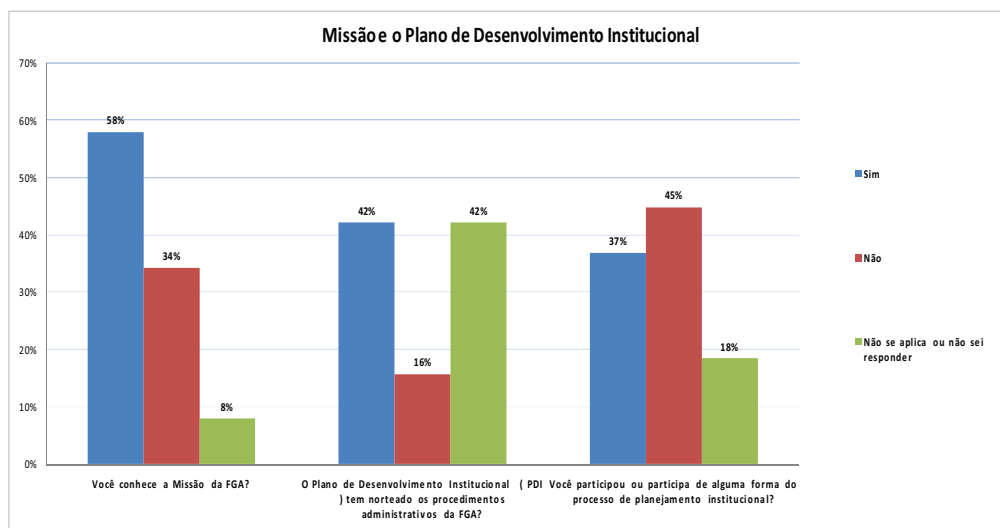


Gráfico 1 - Missão e o Plano de Desenvolvimento Institucional

Fonte: A Autora

Conforme questionário aplicado (Apêndice 1) aos servidores da FGA, com relação à Missão e o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), os dados mostram que 58% dos respondentes afirmaram conhecer a missão da FGA, e 42% afirmaram que o plano desenvolvimento institucional orienta os procedimentos administrativos e que 37% participaram ou participa de alguma forma do processo de planejamento e 45% não participa, conforme demonstrado no gráfico 1.

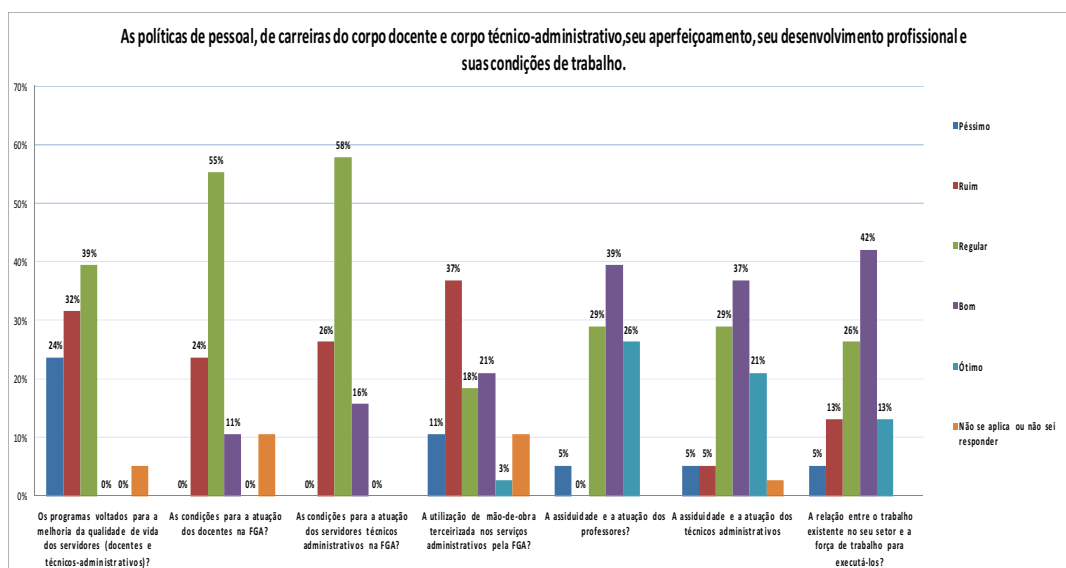


Gráfico 2 - Políticas de pessoal, de carreiras do corpo docente e corpo técnico administrativo
Fonte: A Autora

Quando questionados sobre os programas voltados para a melhoria da qualidade de vida 39% consideram regular, 32% ruim, 24% péssimo.

De acordo com o gráfico acima temos que 58% dos respondentes consideram regular as condições para a atuação dos docentes e técnicos administrativos na FGA, 26% ruim.

Quanto à assiduidade e a atuação dos professores, 39% bom, 29% regular, 26% ótimo e 5% péssimo, dos técnicos administrativos 37% bom, 29% regular, 21% ótimo e 5% péssimo e 5% ruim e 3% não respondeu.

42 % dos respondentes consideram a relação entre o trabalho existente no seu setor e a força de trabalho para executá-los boa, 26% regular, 13% ruim, 13% ótimo e 5% péssimo.

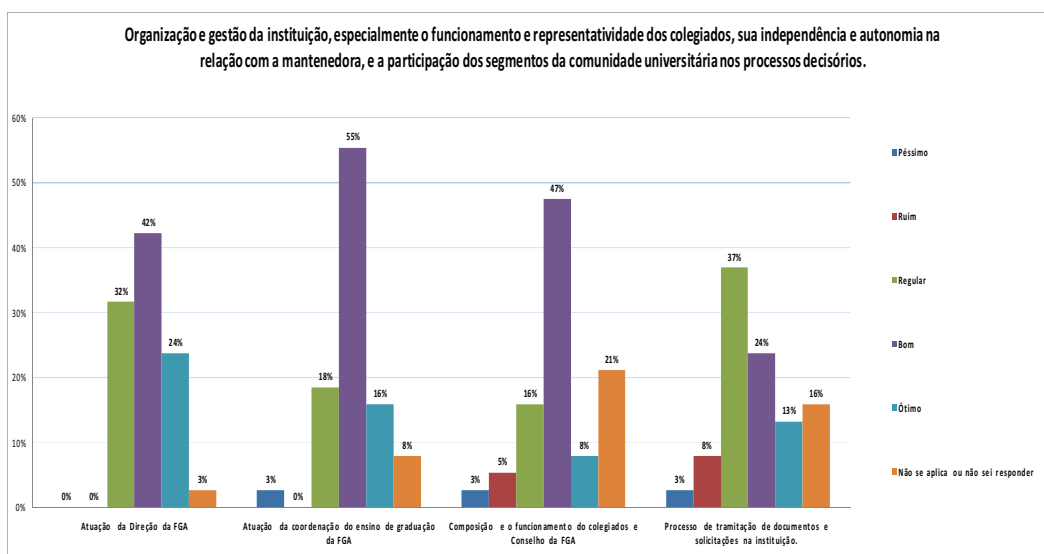


Gráfico 3 – Organização Gestão da Instituição
Fonte: A Autora

Quanto a Organização e gestão da instituição, 42% consideram a atuação da Direção da FGA boa, 32% regular, 24% ótima e 3% não responderam, e a atuação da coordenação do ensino de graduação da FGA é considerada boa por 55% dos respondentes, 18% regular, 16% ótima, 3% péssima, 8% não respondeu.

47% dos respondentes consideram a composição e funcionamento do colegiado bom, 21% não responderam 16% regular, 8% ótimo, 5% ruim e 3% péssimo.

Já o processo de tramitação de documentos e solicitações na instituição, é vista como regular para 37%, para 24% boa, 16% não respondeu 13% considera ótima, 8% ruim e 3% péssima.

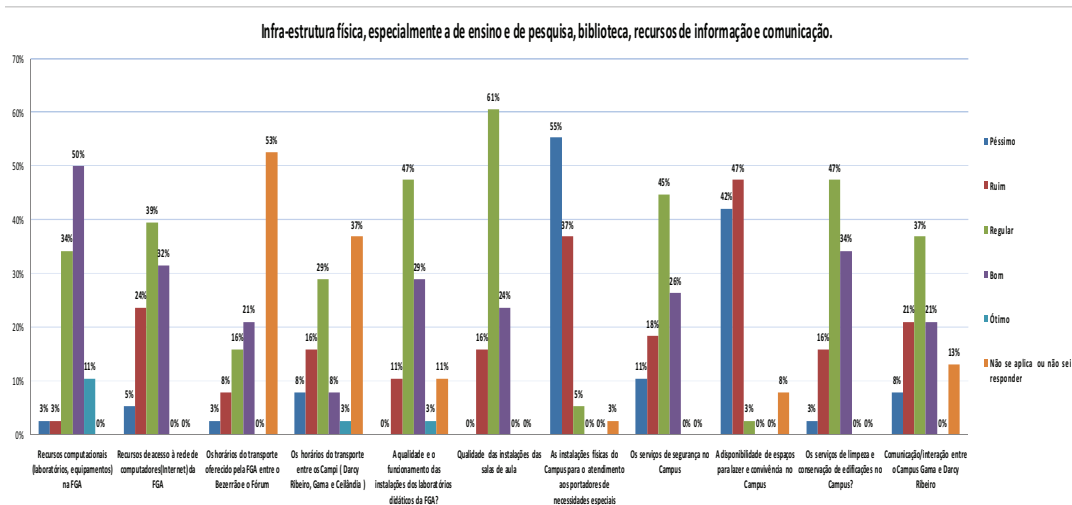


Gráfico 4 – Infra-estrutura física

Fonte: A Autora

Quanto aos recursos computacionais (laboratórios, equipamentos) na FGA 50% considera bom, 34% regular, 11% ótimo, 3% ruim e 3% péssimo.

Recursos de acesso à rede de computadores (Internet) da FGA 39% regular, 32% bom, 24% ruim, 5% péssimo.

Os horários do transporte oferecido pela FGA entre o Bezerrão e o Fórum 53% não responderam, 21% bom, 16% regular, 8% ruim e 3% péssimo.

Os horários do transporte entre os Campi (Darcy Ribeiro, Gama e Ceilândia) 37% não respondeu, 29% o considera regular, 16% ruim, 8% péssimo e 3% ótimo.

Mesmo com instalações provisórias 47 % dos respondentes consideram regular a qualidade e o funcionamento das instalações dos laboratórios didáticos da FGA, 29% bom, 11% ruim e 11% não responderam e 3% ótimo.

Quando questionados sobre as instalações das salas de aula, 61% consideram regular, 24% bom e 16% ruim.

As instalações físicas do Campus para o atendimento aos portadores de necessidades especiais são vista por 55% dos respondentes como péssima, por 37% como ruim, 5% como regular e 3% não respondeu.

45% consideram os serviços de segurança no Campus regular, 26% bom, 18% ruim e 11% péssimo.

A disponibilidade de espaços para lazer e convivência no Campus é considerada por 47% dos respondentes como ruim, 42% como péssima, 3% como regular e 8% não responderam.

Quanto aos serviços de limpeza e conservação de edificações no Campus, 47% regular, 34% bom, 16% ruim, 3% péssimo.

A comunicação/interação com o Darcy Ribeiro, conforme demonstrado no gráfico 37% a considera regular, 21% boa, 21% ruim, 13% não respondeu, e 8% péssima.

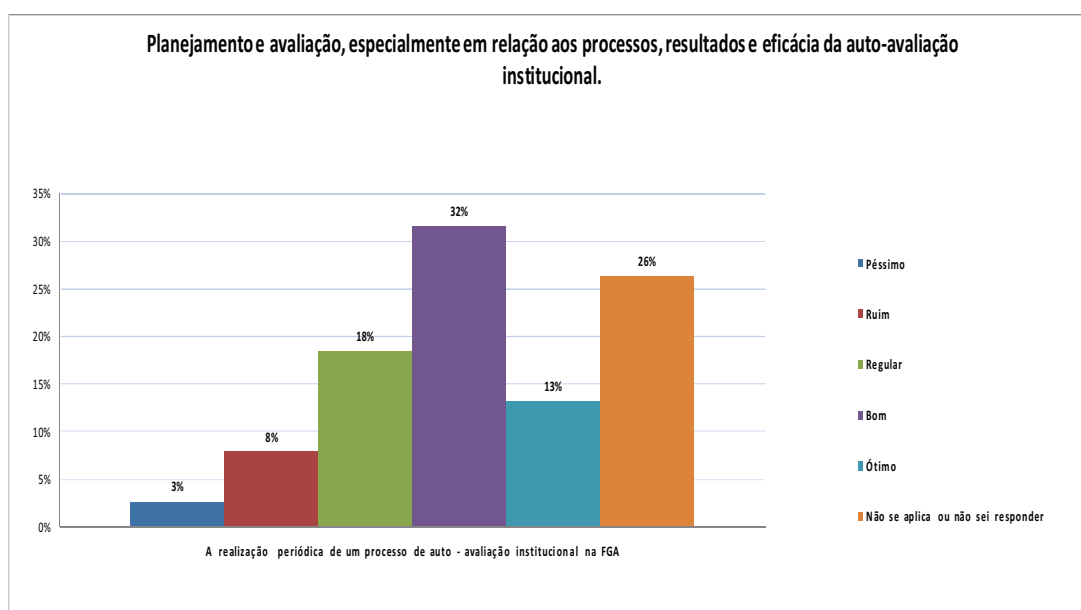


Gráfico 5 - Planejamento e avaliação institucional
Fonte: A autora

A realização periódica de um processo de auto-avaliação institucional na FGA é vista por 32% como bom, 18% regular, 13% ótimo, 26% não responderam e 3% a julgaram como péssimo e 8% ruim.

4.2 Análise e interpretação dos dados

4.2.1 Missão e Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI)

O conhecimento da Missão da faculdade e do seu planejamento estratégico por seus membros é importante para que se possa atingir as metas e objetivos da unidade, ou seja, quando as pessoas conhecem a missão institucional passam a ter o entendimento de como

colaborar para o sucesso da missão, pois sabem exatamente qual é a sua contribuição pessoal para a realização dos objetivos da unidade.

A missão da FGA conforme explicitado em seu PDI é: Proporcionar desenvolvimento econômico e social por intermédio das atividades de ensino, pesquisa e extensão formando profissionais qualificados que atendam aos anseios da sociedade, do mercado e do governo (UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA, 2010)

A FGA elaborou seu primeiro PDI em 2008, que estabeleceu suas políticas, objetivos e metas para o ensino, pesquisa, extensão e gestão acadêmica que nortearão sua prática institucional no período de 2008 a 2010, com base no PDI da UnB, que teve seu ciclo iniciado em 2006, ou seja, a FGA terá apenas dois anos para cumprir os objetivos e metas propostos e não quatro anos como os outros departamentos.

Para o desenvolvimento e execução do PDI da faculdade houve a formação de uma comissão para cada área, correspondendo a onze comissões: Planejamento e gestão – PDI, Área de obras e espaço físico, Comunicação institucional, Tecnologia da informação, Graduação, Pesquisa e Pós, Extensão, Desenvolvimento Comunitário, Recursos Humanos e comissão de Avaliação, cada uma delas constituídas por cinco membros.

A constituição das comissões de execução do PDI por docentes e técnicos administrativos e um ponto a ser destacado, que agrega visões diferentes na definição e execução dos objetivos traçados, possibilita a integração e incentiva a participação e o envolvimento dos servidores.

Mesmo tendo sido criada a dinâmica, acima mencionada, de formação das comissões percebe-se com o resultado, que mais da metade dos servidores não participaram ou desconhecem o PDI. Pode-se inferir que este resultado se deve aos fatores abaixo relacionados:

- Existência de muitas comissões fazendo com que uma mesma pessoa fizesse parte de várias comissões, por ter maior afinidade com as áreas;
- Prazo curto disponibilizado para entrega do plano, já que a Universidade já havia iniciado seu ciclo em 2006 e a FGA teria que se incluir, mesmo iniciando suas atividades em 2008, tendo apenas dois anos para cumprir os objetivos definidos;
- A equipe recém concursada sem experiência em atividades acadêmicas, também é um fator que de certa forma restringiu a formação das comissões, mas não chegou a ser um impedimento para a participação de nenhum servidor por esse motivo;

- Não ocorreram reuniões com todos os servidores para a divulgação das ações e programas realizados, as comunicações eram feitas apenas em colegiados, quadros de avisos e e-mail.

Para tentar sanar as deficiências, acima mencionadas, para o próximo ciclo, 2010 a 2014, já foi formada uma Comissão de Gestão e execução do PDI, que já se reuniu para traçar ações que aumente a participação dos membros, que faça uma ampla divulgação de todo o processo, que defina políticas para acompanhar e subsidiar de dados e informações as comissões de execução e para que sejam tomadas ações que contribuam para eficiência e eficácia do processo. Conforme resultados da pesquisa 45% não participou do processo.

O conhecimento da Missão da faculdade e do seu planejamento estratégico por seus membros é importante para que se possa atingir as metas e objetivos da unidade, sendo este o interesse quando da abordagem deste item na pesquisa, onde 58% dos respondentes disseram conhecer a missão da faculdade.

O SINAES enfatiza o caráter regulatório e emancipatório da avaliação, que é a preocupação com a missão da instituição na sociedade e comprometimento desta com a transformação acadêmica, daí a importância do conhecimento da missão por seus membros para o atendimento do caráter emancipatório da avaliação já citado nesse trabalho.

4.2.2 Políticas de pessoal, de carreiras do corpo docente e corpo técnico administrativo

Corpo Docente

Até março de 2010, o corpo docente da FGA, se constituía de 43 docentes efetivos, predominando sexo masculino, na faixa entre 30 – 45 anos, todos envolvidos com atividades acadêmicas e administrativas, inclusive o diretor e o coordenador da graduação.

Dos quarenta e três docentes somente o diretor, coordenador e vice – diretor tem acima de dois anos na instituição outros 40 são servidores efetivos, recém contratados, com menos de dois de instituição, adjuntos possuindo dedicação exclusiva, com carga de 40 horas e formação em nível doutorado e/ ou pós-doutorado. Esse alto nível de qualificação, de acordo com SINAES, quando de sua avaliação situará a Faculdade entre as melhores do país.

Todos os docentes estão em estágio probatório no qual foi recomendado que se efetivassem três publicações durante o período de três anos.

O trabalho em equipe na faculdade é facilitado pelo fato desta não ser dividida em departamentos, como no Campus da Asa Norte, a proposta é que se tenham projetos integradores entre os quatros áreas: Energia, Software, Automotiva e Eletrônica.

A política de capacitação da faculdade é explicitada em seu PDI no qual há objetivos e metas a serem alcançados incentivando a continua capacitação e atualização do profissional.

Corpo Técnico

O quadro de técnicos administrativo é formado por 23 servidores, sendo 21 efetivos e dois terceirizados, o grupo é composto, predominantemente, por pessoas do sexo masculino, entre 23 e 39 anos, 17 possuem nível médio, sendo que deste número cinco estão cursando algum curso de graduação, seis com nível superior, dentro os quais três cursando pós-graduação e um mestrado. A carga horária cumprida por estes é de 40 horas semanais, distribuídos entre os seguintes cargos:

- Psicóloga
- Administrador
- Assistentes administrativos
- Técnicos de laboratório
- Técnicos em Tecnologia da Informação
- Analista em Tecnologia da Informação

A política de capacitação aplicada aos docentes se estende aos técnicos, ou seja, está explicitada no PDI da faculdade no qual há objetivos e metas a serem alcançados incentivando a contínua capacitação e atualização do profissional.

A rotatividade dos servidores técnicos administrativos e a não reposição desses na mesma proporção é um fator que pode vir a prejudicar as atividades desenvolvidas, já que o número de servidores se tornará insuficiente para responder aos objetivos e aos serviços executados na unidade.

Desde agosto de 2008 até março de 2010, onze técnicos já saíram da universidade e todos em decorrência de terem passado em outro concurso com base salarial maior, e durante este período cinco foram repostos e a reposição desses é demorada, sendo pior quando a vaga é decorrente de um cargo de nível superior, como os cargos de pedagogo, analista de tecnologia da informação e assistente social que não há previsão para preencher estas vagas.

A caracterização dos dois grupos acima mencionados e as demais informações citadas acima foi feita com base no cadastro funcional dos servidores, curriculum lattes dos docentes e na participação no colegiado e conselho da faculdade.

Os programas para melhoria de qualidade de vida, para docentes e técnicos: Programa de Qualidade de Vida para o Servidor (PQV) Plantão Psicossocial; Grupo de Educação Psiconutricional, Ginástica laboral e outros não são disponibilizados no Campus do Gama, todos são realizados nos Campus da Asa Norte, à distância de 50 km, fator que dificulta a participação dos servidores da FGA, o que reflete no resultado da pesquisa que mais de 70% o consideram regular ou ruim.

“Estreitamos relações com o HUB e a SRH. Vamos atingir os quatro campi e a Fazenda Água Limpa com postos de atendimento básico. Os campi devem ser lugares agradáveis e saudáveis para estudantes e servidores”, diz a decana de Assuntos Comunitários, Rachel Nunes em entrevista à UnB Agência (RODRIGUES, 2009). Até a presente data nenhuma ação foi efetiva quanto a esse aspecto.

Quanto às condições para a atuação dos servidores técnicos e docentes, desenvolvimento profissional e trabalho oferecido na faculdade, mais da metade a considerou regular.

A assiduidade, tanto dos técnicos, quanto dos docentes foi avaliada pela maioria como boa, não há na faculdade um controle informatizado de horas trabalhadas e nem uma pessoas responsável por controlar a assinatura de folha de ponto, existem casos de técnicos que só assinam a folha no ultimo dia para envio ao Setor de Recursos Humanos da UnB, já no caso dos docentes não há assinatura de folha de ponto, o documento de frequência e simplesmente atestado pela direção.

A FGA possui em seu quadro dois técnicos, assistentes administrativos, terceirizados e vinte um concursados, a utilização daquele tipo de mão de obra é vista como ruim por 37% dos servidores.

Com relação entre o trabalho a ser executado e a força de trabalho existente em seu setor a maioria dos respondentes a considerou boa.

4.2.3 Organização Gestão da Instituição

Predomina na gestão da unidade, que foi considerada boa ou regular por 70% dos respondentes, as finalidades educativas de formação de cidadãos e produção de conhecimento,

pois há incentivo e apoio aos trabalhos acadêmicos de extensão e pesquisa, reafirmados esse contexto na própria missão adotada pela faculdade e seguindo o que já pregado pela Universidade de Brasília.

A FGA ainda não possui instruções normativas formuladas e definidas como regimento interno próprio, uma comissão foi constituída para elaborá-lo, e regulamento interno a faltas desses dificulta e retarda o processo de tomada decisão.

Não há, também, um organograma ou matriz organizacional definida, já que a proposta difere do Campus da Asa Norte, não divisão por departamentos, faz-se necessária a formulação desse instrumento explicitando a hierarquia das funções e a dinâmica de funcionamento faculdade, essas ações irão possibilitar as definições de papéis e melhora na atuação da gestão do local.

Não há uso de uma gestão estratégica para antecipar problemas e soluções, o que se tem utilizado, popularmente falando é a estratégia de “se apagar incêndios”, ou seja, à medida que as situações e problemas surgem são resolvidos, um caso a ser citado: a cada semestre começado o imprevisto na alocação dos novos alunos devido a não conclusão da obra definitiva e o não planejamento durante o decorrer dos semestres para resolução deste problema, sem contar a falta de estrutura de pessoal e veículos da prefeitura da universidade para atender a demanda do campus.

Os coordenadores das áreas (Energia, Software, Automotiva e Eletrônica) exercem os seus cargos informalmente, pois não recebem a gratificação que é devida pelo exercício da função, o que ocasiona certa insatisfação por parte dos docentes e outro agravante derivado desse é a sobrecarga de atividades administrativas, como o processo de matrícula, renovação, trancamento que recai sobre o coordenador da graduação, sua atuação foi considerada boa pela metade dos respondentes.

A inexistência de funções gratificadas para os coordenadores será sanada a partir deste semestre, com a criação das quatro habilitações (Software, Energia, Automotiva e Eletrônica) propostas na instituição do curso.

A Composição e o funcionamento do Colegiado e Conselho da FGA são feitos com base no regimento interno da Universidade de Brasília, o que não deixa margens para discussões. O Colegiado é composto pelos seguintes membros: diretor, coordenador da graduação, coordenadores das áreas, que são quatro, um representante dos servidores técnicos administrativos, dois representantes dos discentes, já o Conselho é constituído pelos mesmos membros do colegiado acrescidos de mais dois membros externos da Faculdade de

Tecnologia. O funcionamento desses permite a participação e a democracia interna, conforme demonstrado no resultado da pesquisa onde a maioria, 63%, classificou este indicador como bom ou regular

A FGA possui uma Secretária de graduação, composta por seis assistentes administrativos, onde são emitidos todos os memorandos, ofícios e requerimentos que são posteriormente encaminhados aos departamentos ou setores demandados no Campus Darcy Ribeiro, documentos estes levados pelo motorista da unidade que se desloca todos os dias da semana, às vezes mais de uma vez por dia, para Asa Norte. Considerando somente a entrega do documento e não a efetiva execução ou atendimento à demanda, a maioria dos respondentes considerou essa tramitação como regular.

O processo de tramitação de documento seria facilitado se o sistema informatizado existente, chamado UNBDOC, fosse efetivamente utilizado, pois com ele é possível fazer solicitações internas despachos e acompanhar todo processo, evitando envio de papeis, mas na universidade não foi implantada uma cultura de acompanhamento de informações e tramitação de documentos on-line medida que se faz necessária com a instalação dos novos campi.

Referente ao processo de tramitação de documentos mencionado acima pode - se citar casos em que, além de cadastrar o documento no sistema, enviar o documento ainda tem que haver o contato por telefone com o setor responsável para avisar do envio e cobrar providencia.

4.2.4 Infra - estrutura física

O campus funciona em dois prédios de dois pavimentos cada, um cedido pelo Tribunal de Justiça, o antigo prédio do fórum local, onde há quatro salas de aula, três para 120 alunos e uma para cinquenta neste prédio funciona os laboratórios de física, química, para 20 alunos cada um e dois de informática com capacidade para 60 alunos cada.

No Estádio do Bezerrão 80 alunos estão tendo aula em baixo de duas arquibancadas e outros 80 divididos em duas salas, há também uma secretaria, que funciona apenas para informações, pedido e entrega de documentos. Para o início do próximo semestre o espaço utilizado no Bezerrão será desativado e transferido para a nova unidade cedida pelo Serviço Social da Indústria (SESI).

Hoje o campus funciona com uma sala de professores, no prédio do fórum, de uso coletivo, tal característica da sala é uma reclamação constante por parte dos docentes, pois devido à falta de espaço alguns docentes têm de fazer o atendimento a discentes, correção de provas e reuniões de grupos no local, o que dificulta a realização de trabalhos de pesquisa e acadêmico devido à grande quantidade de pessoas circulando no local e a falta de privacidade, principalmente quanto à correção e confecção de provas.

Os técnicos de laboratório, oito, possuem salas, também de uso coletivos, com mesas e micro computadores individual, quando comparados com alguns departamentos da universidade a estrutura oferecida a esses pela FGA é bem superior, adequada e favorável ao desenvolvimento dos trabalhos, mesmo ainda não sendo a ideal, podem-se citar casos na Universidade em que os servidores não têm local de guardar suas bolsas, ou precisam esperar um desocupar uma mesa ou microcomputador para poder utilizar, conforme relatado por servidores durante a realização do Curso de Especialização em Gestão Universitária.

A sala da direção, secretária, coordenação de graduação, sala de reunião dividem um mesmo espaço, separados por divisórias, o que é um problema, pois há um trânsito constante de pessoas (alunos, docentes, visitantes) pela secretaria, pois o acesso as outras salas (direção, coordenação e reunião) é feito apenas por essa, o que prejudica o desenvolvimento do trabalho e fragiliza a segurança do local.

O prédio definitivo do campus no Gama era para ter sido entregue em agosto de 2009, mas a nova previsão é para novembro de 2010.

Com a falta de instalações definitivas, não há restaurante universitário, auditório, biblioteca no campus, a falta desses dois últimos itens provavelmente será sanada com a utilização das instalações, provisórias, no Serviço Social do Comércio (SESC), que possui uma biblioteca e um auditório que poderão ser utilizados pelos alunos da FGA, atualmente eles utilizam uma sala de aula do estádio Bezerrão como sala de estudo.

O indicador relativo aos recursos computacionais (laboratórios, equipamentos) utilizados na faculdade foi avaliado por 84% dos respondentes com bom ou regular, percebe-se na gestão atual uma preocupação na com a aquisição recursos computacionais, essências em uma Faculdade de tecnologia, os docentes da área de software estão atentos e participam na implantação do novo campus com o melhor em tecnologia computacional.

O acesso a internet foi considerado regular ou bom por 71% dos respondentes , é utilizada no campus a rede fornecida pelo Darcy Ribeiro via rádio, onde a falta de transmissão de sinal é constante.

Devido a faculdade possui salas de aula em funcionamento em dois prédios, em locais diferentes, distantes 4 km um do outro, fez – se necessária à implantação de um sistema de transporte entre esses locais.

Pode-se inferir de acordo com o resultado da pesquisa, 37 % consideraram o serviço regular ou bom, quanto aos horários do transporte oferecido pela FGA entre as salas de aula localizadas no Estádio Bezerrão e as salas localizadas no prédio do Fórum, que não há a utilização do serviço pelos servidores ou há desconhecimento desse serviço prestado, por esse ter sido implantado recentemente.

Há também transporte intercampi (Darcy Ribeiro, Gama e Ceilândia) disponibilizados para alunos e servidores. Com intenção de verificar a utilização desse serviço por esse último grupo, pode-se inferir de acordo com resultado da pesquisa que 37% não utiliza o transporte ou desconhece o serviço, e dentro do grupo que utiliza 45% considera o horário regular ou ruim, cabe ressaltar que o transporte foi criado com a função de ser utilizado no deslocamento dos discentes, mas não restringe o uso a esse grupo.

Faz-se necessária uma pesquisa de satisfação junto aos usuários (discentes e servidores) para que haja uma melhor alocação de horários do transporte e efetiva utilização e aproveitamento do serviço disponibilizado.

No prédio do fórum funcionam dois laboratórios de informática que possui 60 computadores novos, mesas e cadeiras compatíveis com o local, sistema de ar-condicionado, projetor de vídeo e tela interativa, o uso desse fora do horário de aula é vinculado a um agendamento estipulando data e horário de utilização, para que se possa alocar um servidor para ficar com os alunos no laboratório. Há, também, no mesmo prédio, um laboratório de física e um de química com capacidade para 20 alunos cada, mas semestre passado teve turmas com 30 alunos, as condições físicas desse último não é a ideal no que tange a circulação de ar, pois o manuseio de produtos químicos pede um sistema de ventilação mais adequado e os dois laboratórios deixam a desejar quanto ao espaço físico demandado e o ofertado que é insuficiente para alocar equipamentos e maquinários que seriam necessários para o melhor aproveitamento e rendimento das aulas.

Devido aos fatores negativos acima relatados a qualidade e funcionamento das instalações dos laboratórios didáticos citados foram considerados como regular pela maior parte dos pesquisados

A atual gestão tem priorizado a compra de equipamentos e maquinários de última geração, e dentro do possível atendendo a demanda dos docentes das áreas. Cabe ressaltar que

90% dos equipamentos e mobiliário para utilização do novo campus já forma comprados, mas em quanto estivermos em um local provisório a falta de espaço físico adequado será um problema a ser contornado.

A qualidade das instalações das sete salas de aula foi considerada regular ou boa por mais de 80 % dos respondentes, no Bezerrão há duas salas de aula fechadas e duas “salas” de aula embaixo de arquibancadas, todas sem sistema de ar - condicionado, no fórum há quatro salas, três para 120 aluno e uma para 50, com sistema de ar condicionado, quadro branco e projetor instalado.

Em nenhum dos dois locais, Estádio Bezerrão e Fórum há acessibilidade aos portadores de necessidades especiais, mesmo não possuindo em seu quadro alunos com tais necessidades faz se importante priorizar tal atendimento. Quanto a esse aspecto 89% dos respondentes consideraram essa condição como péssima ou ruim.

Como em toda UnB, o serviço de segurança e limpeza no campus foram considerados como regulares para 45% dos respondentes. Os serviços são terceirizados e não há nenhum, tipo de planejamento para aumento do número desses funcionários em relação ao quantitativo de alunos e servidores.

Hoje a circulação diária no campus, entre servidores e discentes é em média de 800 pessoas por dia e o número de vigilantes é de quatro por turno, o que é um problema, pois estamos em uma área de risco, onde pequenos furtos a bens patrimoniais, pessoais e a veículos já ocorreram.

O número de pessoas que prestam o serviço de limpeza, atualmente oito funcionários, está sendo ampliando a cada semestre e atendido de forma satisfatória, e quando comparado com o serviço realizado na Universidade o serviço de limpeza e manutenção da FGA pode ser considerada bem superior.

O campus da UnB no Gama, que fica a 50 km de Brasília, carece de uma maior interação e comunicação/interação com o Darcy Ribeiro, principalmente por 90% dos servidores terem menos de dois anos de universidade, onde a falta de experiência pode ser sanada se houver uma melhora neste quesito, julgado como regular ou boa por 58 % dos respondentes.

4.2.5 Planejamento e avaliação institucional

Quando questionados sobre o que achavam da realização periódica de uma auto-avaliação institucional na unidade, a maioria, 32%, dos respondentes considerou a realização dessa como boa. Tal entendimento vai ao encontro de toda teoria e afirmação relatada nesse trabalho a de que avaliar beneficia, também, o processo de planejamento institucional, mas sem desconsiderar o índice dos que não souberam responder ao item, 26%. Pode-se inferir que este percentual não tenha entendido o indicador questionado ou desconheça o assunto.

5 CONCLUSÃO

Com a realização desse trabalho foi possível identificar as potencialidades e fragilidades da faculdade UnB Gama:

Potencialidades

- Conhecimento da missão institucional, que contribui para realização dos objetivos e metas da unidade;
- Composição das comissões para executar o PDI, incluindo técnicos e docentes;
- Assiduidade e atuação dos docentes e técnicos;
- Qualificação do corpo docente, que de acordo com SINAES, quando da realização de sua avaliação situará a faculdade entre as melhores do país;
- Dedicação exclusiva do corpo docente;
- Incentivo, a docentes e técnicos, a participação em programas de capacitação colocados como uma das metas a serem alcançadas no PDI;
- Boa atuação da gestão e coordenação da faculdade;
- Recursos computacionais (laboratórios e equipamentos), Em termos genéricos, as instalações físicas são insuficientes, mas estão bem equipadas;
- Proposta de não departamentalização dos cursos e sim a formação de projetos integradores entre eles;
- Número pequeno de técnicos terceirizados, priorizando a contratação por concurso público.

Fragilidades

- Não realização de reuniões para divulgação e acompanhamento do PDI da faculdade, ressaltando a importância do envolvimento de todos os membros no processo;
- Existência de muitas comissões para executar o PDI;
- Número baixo de participantes na execução ou instituição do PDI;

- Inexistência de uma estrutura organizacional definida (organograma), prejudicando a distribuição de atividades e o estabelecimento de formas de funcionamento e gestão;
- Precariedade do sistema de tecnologia da informação e comunicação diminuindo a qualidade de acesso à rede (internet);
- Espaço físico para lazer e convivência insuficiente;
- Acessibilidade para pessoas portadoras de necessidades especiais inexistente;
- Falta de biblioteca;
- Infra-estrutura física inadequada;
- Serviço de limpeza e segurança;
- Funcionamento inadequado das instalações dos laboratórios;
- Não oferta de programas voltados para melhoria de qualidade de vida no campus;
- Condições não satisfatórias para atuação dos docentes e técnicos.

Muitas das fragilidades acima mencionadas estão relacionadas com a inadequada estrutura e espaço físico insuficiente, que prejudicam a qualidade dos serviços acadêmicos e administrativos, mas esses fatores só deverão ser sanados com a mudança para as instalações definitivas.

Diante dos aspectos expostos nesse trabalho conclui-se que o mapeamento das dimensões poderá se utilizado posteriormente pela CPA facilitando o autoconhecimento institucional. Como até a presente data nenhum, tipo de pesquisa de opinião com os docentes e técnicos administrativos da FGA, sobre os itens aqui abordados tinha sido realizado espera-se que está possa agregar o processo de implantação do novo campus.

As informações aqui coletadas, identificação dos pontos fortes e fracos, contribuirão para determinação das prioridades no planejamento estratégico da instituição com conseqüente melhora da qualidade institucional e possibilitarão uma intervenção nas fragilidades e potencialidades detectadas.

A maior parte dos itens questionados foi avaliada como regular pelos respondentes, este resultado possibilitará a gestão atual a intervir e priorizar os aspectos aqui mencionados para que a faculdade obtenha um bom resultado na auto-avaliação a ser realizada pela Comissão Permanente de Avaliação (CPA) e busque nesse trabalho uma maneira de melhorar a qualidade dos serviços prestados a toda comunidade acadêmica e sociedade.

O SINAES enfatiza o aspecto emancipatorio da avaliação, que é a preocupação com a missão da instituição na sociedade e comprometimento desta com a transformação acadêmica. Daí a importância do conhecimento da missão por seus membros para o atendimento do caráter emancipatorio da avaliação já citado nesse trabalho, sendo este um ponto forte quando da realização da avaliação já que a maior parte dos membros da FGA tem conhecimento da missão da unidade.

REFERÊNCIAS

- BRASIL. *Constituição* (1988). Disponível em:
<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constitui%C3%A7ao.htm>. Acesso em:
10 maio 2010.
- BRASIL. *Lei n. 10.861*, de 14 de abril de 2004. Institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES e dá outras providências. Disponível em:
<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2004/Lei/L10.861.htm>. Acesso em:
10 maio 2010.
- CABRAL, Fernando et al. Avaliando a gestão universitária ponto a ponto: estudo de caso. In: COLÓQUIO INTERNACIONAL DE GESTÃO UNIVERSITÁRIA NA AMÉRICA DO SUL, 1., 2000, Florianópolis. *Anais...* Florianópolis: UFSC, 2000.
- DIAS SOBRINHO, José. Avaliação da educação superior: valores republicanos, conhecimento para a emancipação, igualdade e condições de inclusão social. In: SEMINÁRIO: UNIVERSIDADE: POR QUE E COMO REFORMAR?, 2003, Brasília. *Palestras...* Brasília: MEC/SeSu, 2003.
- DIAS SOBRINHO, José. *Avaliação: políticas educacionais e reformas da educação superior*. São Paulo: Cortez, 2003.
- DIAS SOBRINHO, José. Qualidade, avaliação: do SINAES a índices. *Avaliação: Revista da Avaliação da Educação Superior*, Campinas, v. 13, n. 3, nov. 2008.
- DIAS SOBRINHO, José; BALZAN, Newton César (Orgs.). *Avaliação institucional: teoria e experiências*. São Paulo: Cortez, 1995.
- INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA. *SINAES – Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior: da concepção à regulamentação*. 5. ed. rev. e ampl. Brasília: INEP, 2009.
- BRASIL. Ministério da Educação. Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior. *Orientações gerais para o roteiro da auto-avaliação das instituições*. Brasília: INEP, 2004.
- RODRIGUES, Kennia. Universidade realizará censo da saúde. *UnB Agência*, Brasília, jul. 2009. Disponível em: <<http://www.unb.br/noticias/unbagencia/unbagencia.php?id=1947>>. Acesso em: 09 jul. 2009.
- UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA. Comissão Própria de Avaliação. *Projeto de avaliação institucional da Universidade de Brasília*. 2005.

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA. Secretaria de Planejamento. *Plano de Desenvolvimento Institucional*: 2006 a 2010. Disponível em:
<http://www.spl.unb.br/PLANEJAMENTO/PDI2007/>>. Acesso em: 31 maio 2010.

APÊNDICE 1 - QUESTIONÁRIO APLICADO

As respostas serão analisadas em conjunto, sendo mantido o anonimato dos participantes.

Agora, para cada item, você terá uma afirmação e deverá marcar **SIM** caso concorde com ela, **NÃO** caso não concorde, **SEM CONDIÇÕES DE RESPONDER** caso desconheça o assunto objeto da pergunta:

- Missão e o Plano de Desenvolvimento Institucional.**

| Nº. | Item | Sim | Não | Não se aplica ou não sei responder |
|-----|--|-----|-----|------------------------------------|
| 1 | Você conhece a Missão da FGA? | | | |
| 2 | O Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) tem norteado os procedimentos administrativos da FGA? | | | |
| 3 | Você participou ou participa de alguma forma do processo de planejamento institucional? | | | |

- Organização e gestão da instituição, especialmente o funcionamento e representatividade dos colegiados, sua independência e autonomia na relação com a mantenedora, e a participação dos segmentos da comunidade universitária nos processos decisórios.**

| Nº. | Item | Péssimo | Ruim | Regular | Bom | Ótimo | Não se aplica ou não sei responder |
|-----|---|---------|------|---------|-----|-------|------------------------------------|
| 11 | Atuação da Direção da FGA | | | | | | |
| 12 | Atuação da coordenação do ensino de graduação da FGA | | | | | | |
| 13 | Composição e o funcionamento do colegiados e Conselho da FGA | | | | | | |
| 14 | Processo de tramitação de documentos e solicitações na instituição. | | | | | | |

- Infra-estrutura física, especialmente a de ensino e de pesquisa, biblioteca, recursos de informação e comunicação.**

| Nº. | Item | Péssimo | Ruim | Regular | Bom | Ótimo | Não se aplica ou não sei responder |
|-----|---|---------|------|---------|-----|-------|------------------------------------|
| 15 | Recursos computacionais (laboratórios, equipamentos) na FGA | | | | | | |
| 16 | Recursos de acesso à rede de computadores(Internet) da FGA | | | | | | |
| 17 | Os horários do transporte oferecido pela FGA entre o Bezerrão e o Fórum | | | | | | |

| | | | | | | | |
|----|--|--|--|--|--|--|--|
| 18 | Os horários do transporte entre os Campi (Darcy Ribeiro, Gama e Ceilândia) | | | | | | |
| 19 | A qualidade e o funcionamento das instalações dos laboratórios didáticos da FGA? | | | | | | |
| 20 | Qualidade das instalações das salas de aula | | | | | | |
| 21 | As instalações físicas do Campus para o atendimento aos portadores de necessidades especiais | | | | | | |
| 22 | Os serviços de segurança no Campus | | | | | | |
| 23 | A disponibilidade de espaços para lazer e convivência no Campus | | | | | | |
| 24 | Os serviços de limpeza e conservação de edificações no Campus? | | | | | | |
| 25 | Comunicação/interação entre o Campus Gama e Darcy Ribeiro | | | | | | |

- **Planejamento e avaliação, especialmente em relação aos processos, resultados e eficácia da auto-avaliação institucional.**

| Nº. | Item | Péssimo | Ruim | Regular | Bom | Ótimo | Não se aplica ou não sei responder |
|-----|--|---------|------|---------|-----|-------|------------------------------------|
| 26 | A realização periódica de um processo de auto - avaliação institucional na FGA | | | | | | |